

BOLETIM 352

Brasília, 17 de maio de 2017

Sessão temática sobre reforma trabalhista gera protesto contra ausência do ministro do Trabalho

O Plenário do Senado realizou nesta terça-feira (16) a segunda sessão temática de debates sobre o projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (PLC 38/2017). O evento contou com seis especialistas convidados.

Um dos convidados foi o ministro do Trabalho e Previdência Social, Ronaldo Nogueira, que deixou o evento logo após as falas de abertura em função de um compromisso internacional. Dessa forma, os senadores não puderam fazer questionamentos a ele.

O fato desagradou os parlamentares da oposição que estavam presentes. A líder do PT, Gleisi Hoffmann (PR), criticou a falta de aviso prévio do ministro a respeito da sua agenda. Já Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a ausência do ministro prejudicou os debates e afirmou que a postura merecia uma punição.

— Eu confesso que estou simplesmente horrorizado com a saída do ministro do Trabalho de uma audiência pública no Senado. Houvesse um governo sério, ele seria demitido hoje — protestou.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que presidia a sessão no momento da saída do ministro, chegou a anunciar que um representante do



Ministério do Trabalho assumiria o lugar e responderia às perguntas dos senadores. No entanto, a pedido do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o representante não participou e a cadeira ocupada pelo ministro foi deixada vazia.

— Não aceitamos substituto para ele. É um desrespeito com este Senado. Que deixe a cadeira vazia — exigiu Lindbergh.

Críticas - Dezesete senadores participaram das discussões da sessão temática, a grande maioria falando contra a proposta da reforma trabalhista. Os senadores Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e José Medeiros (PSD-MT) defenderam o projeto, afirmando que ele mostra “coragem” do governo ao modernizar a CLT e que as críticas são políticas, e não técnicas.

Os dispositivos mais questionados da reforma trabalhista foram a garantia de que acordos coletivos possam se sobrepor à lei em alguns temas; o reconhecimento e a regulamentação do trabalho intermitente e dos contratos por hora; a brecha para que mulheres grávidas trabalhem em locais ou condições insalubres; a possibilidade de redução do intervalo intrajornada; e a possibilidade de divisão do período de férias.



O senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que a reforma gerará mais desemprego e precarizará as relações de trabalho. O senador Paulo Paim (PT-RS) questionou a ideia de se modernizar a CLT através da reforma, uma vez que, segundo ele, a legislação já foi majoritariamente alterada ao longo dos anos.

Os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Lídice da Mata (PSB-BA) também condenaram a tramitação "apressada" que a matéria vem tendo no Senado. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o presidente da República, Michel Temer, não tem "legitimidade" para encabeçar essa iniciativa.

Emprego - Em sua participação, o ministro Ronaldo Nogueira defendeu a reforma trabalhista como um veículo para consolidar direitos trabalhistas, garantir segurança jurídica a práticas já estabelecidas no mercado e incentivar a geração de empregos.

— No Brasil, há 60 milhões de pessoas desempregadas, das quais 14 milhões estão desesperadamente procurando por um emprego. De dezembro de 2015 a dezembro de 2016, cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho foram fechados no país. Precisamos fazer uma reflexão sobre o que não está dando certo e a proposta de modernização vai nesse sentido. A intenção é gerar emprego — garantiu.

Também participou do debate o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, que argumentou na direção contrária. Para ele, a reforma vai acabar com a empregabilidade estável e com os postos de trabalho fixos, levando os trabalhadores a "sobreviverem de bicos". Nobre avaliou que as novas modalidades de emprego regulamentadas

pelo projeto também prejudicarão a economia ao fragilizar a segurança financeira das famílias.

Novas condições - Para os convidados que se manifestaram a favor da reforma, o novo ordenamento jurídico estabelecido por ela vai beneficiar os trabalhadores ao reconhecer a realidade vivenciada por muitos trabalhadores que hoje não têm acesso à proteção das leis. Foi o que afirmou a advogada trabalhista Celita Oliveira Sousa, especialista em direito econômico.

O empresário Antônio Carlos Pipponzi, presidente do Instituto do Desenvolvimento do Varejo (IDV), celebrou a instituição de jornadas de trabalho mais flexíveis. Para ele, isso vai beneficiar os trabalhadores que também querem se dedicar aos estudos, especialmente os jovens.

Por outro lado, a reforma foi criticada por outros debatedores como ferramenta de derrubada de direitos e garantias para os trabalhadores. Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), acusou a proposta de incentivar a sonegação e o trabalho precário e de atacar a liberdade sindical. Ele atribuiu às intervenções da Câmara dos Deputados os piores pontos do projeto.

— O resultado na Câmara levou a uma piora em progressão geométrica para o trabalhador. Em vez de combater o descumprimento da lei trabalhista, dificultou o acesso à Justiça, limitou a indenização por acidente de trabalho e não garantiu uma regra para manter o emprego de quem já está empregado.

Críticas fortes também foram feitas pelo presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Neto. Ele disse que a reforma é bancada pelo setor patronal do país e promove a "devastação" do direito do trabalho e o fim dos

direitos trabalhistas e da carteira assinada. Ele também alertou que a população não ficará indiferente a esses efeitos e "cobrará" a classe política caso a reforma seja aprovada.

— Aprovar esses temas prejudiciais para os trabalhadores a toque de caixa não irá esconder o mal que eles promoverão. O povo sentirá, ao se aposentar, ao ter o seu salário reduzido, ao ter o seu emprego cortado para a contratação de um temporário, terceirizado ou intermitente, ao ter a sua vida transformada.

Próximos passos - Os debates no Senado sobre a reforma trabalhista continuam nesta quarta-feira (17). As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam audiência pública conjunta a partir das 14h.

Na próxima semana a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) também organizará duas audiências sobre o tema. Elas acontecerão nas segunda-feira (22) e na terça-feira (23).

Fonte: Agência Senado

Paim classifica reforma trabalhista de desumana

O senador Paulo Paim (PT-RS) **(foto)** classificou de desumana a proposta de reforma trabalhista sob análise do Senado (PLC 38/2017). Na sessão sobre o tema nesta terça-feira (16), ele disse que se trata de uma iniciativa conjugada com a reforma previdenciária para beneficiar o grande empresariado e os banqueiros.

— A que ponto chegamos? Dizer que esse projeto é bom, mas é bom para quem? Para os



Pedro França / Agência Senado

trabalhadores com certeza não é. É desumano. Eu duvido que tenha um único cidadão de bem neste país que defenda com convicção essa proposta porque defender com interesse, principalmente econômico, é fácil — afirmou.

O parlamentar rebateu as críticas dos que acusaram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de velha e ultrapassada e lembrou que a norma já sofreu mudanças em 85% de seu conteúdo ao longo dos anos. Ainda segundo Paim, a Constituição dos Estados Unidos tem mais de 200 anos e ninguém cogita revogá-la.

A terceirização de atividades-meio também foi alvo de críticas do senador, que ainda atacou a parte do PLC 38/2017 que trata do negociado sobre o legislado:

— Se isso for bom, vamos acabar com todas as leis do país. Por que a lei só não vale para o trabalhador? Por que não se usa em outros setores, inclusive nos contratos entre os empresários? — indagou.

Fonte: Agência Senado



PSDB quer relatório único para as 3 comissões da reforma trabalhista no Senado Federal

Os senadores do PSDB, que integram a base aliada do governo Michel Temer, disseram que irão trabalhar para que as três comissões do Senado que analisam a reforma trabalhista produzam um relatório conjunto. O texto será submetido às comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ). Nas duas primeiras, o relator é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Na CCJ, o relator da reforma será Romero Jucá (PMDB-RR).

Nesta quarta-feira (17), às 16h, Temer se reunirá com os três relatores e com a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), presidente da CAS; e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da CAE.

Além do relatório unificado, os senadores tucanos defendem a manutenção integral do texto da reforma trabalhista aprovado na Câmara no fim de abril. Eles querem evitar que o texto seja alterado e tenha que voltar à apreciação dos deputados.

No entanto, o PSDB pretende sugerir alterações, como a proibição de mulheres grávidas ou lactantes de trabalharem em lugares insalubres. Para estes casos, o partido vai propor a edição de uma medida provisória, fora do texto original da reforma.

O presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG), disse estar preocupado com a possibilidade de partidos da base aliada proporem

alterações no texto da reforma sem o prévio conhecimento dos outros aliados. “Ele [Temer] assumiu este compromisso de fazermos essa travessia final juntos. E obviamente fica aí o caminho estabelecido para a reforma da Previdência. Não podemos ter modificações pontuais, sugeridas por um segmento da base de apoio e não compartilhadas pelo restante da base.”

Contribuição sindical - Durante o encontro de hoje com Temer, os senadores tucanos também firmaram posição sobre a contribuição sindical facultativa, conforme consta no texto aprovado na Câmara. “É fundamental e inegociável a manutenção da contribuição sindical optativa. Ou seja, não temos nenhuma disposição de mudar o texto que veio da Câmara”, disse Ferraço. “Isso é uma questão de princípio, de dar às pessoas a condição delas exercerem a sua vontade, acrescentou. Segundo Ferraço, a medida também tem o apoio de Temer.

Fonte: Agência Brasil

CPI da Previdência quer lista dos mil maiores devedores

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência se reuniu nesta terça-feira (16) e aprovou requerimentos com pedidos de informações a órgãos públicos. Entre eles, está uma solicitação do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, à Receita Federal especificando os mil maiores devedores do sistema previdenciário.



O senador requer o montante no mês de abril de 2017 dos débitos inscritos na dívida ativa previdenciária e demais receitas da seguridade social, por tipo de tributo e por empresa devedora. Ele também quer uma estimativa da efetiva capacidade de recuperação dos créditos tributários nos próximos dez anos.

Pedido semelhante também foi alvo de requerimento do senador Telmário Mota, vice-presidente da comissão, que endereçou o pedido ao INSS. Ele solicitou também informações sobre o número de execuções dos devedores da Previdência aos tribunais federais das cinco regiões brasileiras.

O senador Lasier Martins (PSD-RS) lembrou que tem muita "gente importante" devendo e que não paga, sobrecarregando aqueles que pagam. Por isso, sugeriu o foco nas empresas ativas, visto que muitos dos devedores já estão falidos.

— Vamos saber quem não paga e cobrar. Temos que exigir que eles cumpram suas obrigações. Assim já teríamos uma linha de conduta definida — afirmou.

Esclarecimentos - Os parlamentares aprovaram ainda convites para que prestem esclarecimentos à CPI representantes dos cinco maiores devedores nas áreas industrial, comercial e de ensino. Da mesma forma, a comissão aprovou o convite de representantes dos cinco municípios brasileiros com mais dívidas, dos cinco bancos e dos cinco frigoríficos.

Esta é a segunda reunião da CPI nesta semana. Na segunda-feira (15), os parlamentares receberam convidados da Fazenda Nacional, da Advocacia-Geral da União e de outros órgãos do governo federal. Na audiência, eles divergiram quanto ao déficit na Previdência Social.

Fonte: Agência Senado

Jucá defende manutenção da reforma trabalhista aprovado pela Câmara

O relator da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu hoje (16) que o texto já aprovado pelos deputados seja mantido no Senado. É que qualquer mudança de mérito feita pelos senadores fará com que a proposta volte a ser discutida na Câmara. Se o texto dos deputados for mantido e aprovado pelos senadores, seguirá para a sanção presidencial.

Romero Jucá disse ainda que o calendário de tramitação da reforma trabalhista “está sob controle”.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que abriu hoje mais uma comissão geral no plenário da Casa para debater a reforma trabalhista, disse que espera que o texto esteja aprovado, no máximo, até a primeira semana de junho no Senado.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)